

Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo

*Sandra Duarte de Souza**

Resumo

A presença evangélica no cenário político brasileiro começou a se intensificar só nas últimas décadas, a partir dos anos 1980, durante o processo constituinte. Os motivos para esse despertar tardio, ou para essa visibilidade mais recente, são políticos, econômicos e religiosos. Apesar de recente, a participação mais visível e mais agressiva dos evangélicos no mundo da política tem gerado um amplo debate na sociedade brasileira e colocado novos (ou antigos?) questionamentos à laicidade do Estado. Os evangélicos têm-se inserido, cada vez mais, no campo político, conquistando uma crescente representação nos poderes públicos, participando efetivamente da definição da agenda política em todos os níveis. Sua atuação na política partidária brasileira é marcada por forte corporativismo e as posturas de seus representantes são predominantemente conservadoras e tradicionalistas. Sem dúvida, não se pode correr o risco de entender os parlamentares evangélicos como um grupo coeso, como parte de um movimento uniforme com atuação política uniforme. Porém, no que tange aos temas mais diretamente ligados à sexualidade, pode-se verificar uma maior propensão ao conservadorismo moral, sendo essa também a tendência de parte do eleitorado. Em nossa apresentação vamos nos debruçar especialmente sobre o posicionamento de políticos evangélicos quanto aos temas dos direitos reprodutivos e da homoafetividade, objetivando entender as tensões entre a afirmação política de uma moral sexual religiosa e a proposição de um Estado laico, voltado para os interesses de seus cidadãos e cidadãs a despeito de sua confissão religiosa.

Palavras-chave: religião; política; aborto; homossexualidade.

Religious policy and political religion: evangelicals and the political use of sex

Abstract

The evangelicals' presence in the Brazilian political scenario increased in the eighties, during the constitutional movement. There are political, economic, and religious reasons

* Doutora em Ciências da Religião, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/Netmal. sanduarte@uol.com.br

for this late awakening, or for this recent visibility. Although recent, their more visible and aggressive participation in the political world has generated considerable debate in Brazilian society and placed new (or old?) questions to the secular State. Evangelicals have increasingly joined the political field, reaching a growing representation in government and effectively participating in the definition of the political agenda at all levels. Their performance in Brazilian party politics is marked by strong corporatism, and their political stances are predominantly conservative and traditionalist. Undoubtedly, one cannot run the risk of understanding the evangelical congressmen as a cohesive group, with a uniform movement and equal political actions. However, when it comes to issues more directly related to sexuality, there is a noticeable inclination to moral conservatism, and this is also the electorate's tendency. In this paper we will dwell particularly on the political stance of evangelicals regarding issues of reproductive rights and homosexuality, seeking to understand the tension between the political affirmation of a religious sexual morality and the proposition of a secular State, focused on the interests of its citizens regardless of their religious affiliation.

Keywords: religion; politics; abortion; homosexuality.

Política religiosa y religión política: los evangélicos y el uso político del sexo

Resumen

La presencia evangélica en la vida política comenzó a intensificarse sólo en las últimas décadas, a partir de los años 1980, durante el proceso constitucional. Las razones de este despertar tardío, o de esta visibilidad reciente, son de carácter político, económico y religioso. A pesar de reciente, la participación más visible y más agresiva de los evangélicos en el mundo político ha generado un gran debate en la sociedad brasileña y presentando nuevas (o viejas?) cuestiones al estado secular. Los evangélicos se han insertado, cada vez más, en el campo político, ganando una representación cada vez mayor en el gobierno y participando efectivamente en la definición de la agenda política en todos los niveles. Su actuación en la política partidaria en Brasil está marcada por un fuerte corporativismo y las posturas de sus representantes son predominantemente conservadoras y tradicionalistas. Sin lugar a dudas, no se puede correr el riesgo de entender los parlamentarios evangélicos como un grupo cohesionado, como parte de un movimiento uniforme con actuación política uniforme. Sin embargo, cuando se trata de cuestiones más directamente relacionadas con la sexualidad, se puede observar una mayor propensión al conservadurismo moral, y ésta es también la tendencia del electorado. En nuestra presentación nos detendremos especialmente en el posicionamiento político de los evangélicos respecto a los temas de derechos reproductivos y homofobia, con el objetivo de entender la tensión entre la afirmación política de una moral sexual religiosa y la propuesta de un Estado laico, centrado en los intereses de sus ciudadanos y ciudadanas, independientemente de su afiliación religiosa.

Palabras-clave: religión; política; aborto; homosexualidad.

Introdução

O Brasil é um país predominantemente cristão, apesar de ser internacionalmente conhecido como o país da diversidade religiosa. Segundo as

últimas pesquisas, nada menos que 86,8% da população brasileira afirma-se cristã, sendo 64,6% católicos declarados (a menor porcentagem de fiéis desde que se iniciou o levantamento estatístico da presença das religiões no País) e 22,2% evangélicos das mais diversas denominações. Esses dois segmentos têm se destacado na arena política nacional, influenciando o voto dos eleitores, apoiando campanhas eleitorais de candidatos mais afeitos aos seus interesses políticos e religiosos, posicionando-se contrariamente à candidatura de pessoas que destoem desses interesses, incentivando ou obstaculizando o desenvolvimento de políticas públicas etc.

A Igreja Católica tem participado ativamente da vida política brasileira, não raras vezes de forma ambígua¹. Essa ambiguidade evidencia-se em momentos de relação estreita com o poder público estabelecido e em momentos de crítica contundente aos regimes políticos de sua época. Isso, muitas vezes, aconteceu simultaneamente, haja vista a grande diversidade de vozes que compõem essa instituição que se convencionou chamar de Igreja Católica Apostólica Romana.

No caso dos evangélicos, sua participação no mundo da política formal sempre foi bastante discreta e só mais recentemente passou a adquirir maior visibilidade. Conforme Maria das Dores Campos Machado (2006, p. 17),

Os evangélicos ganharam visibilidade durante a Assembleia Constituinte de 1988, quando a maioria de seus representantes se posicionou de forma alinhada nas discussões parlamentares, atuando como uma bancada religiosa, mais precisamente evangélica. As investigações sobre a inserção eclesial e o comportamento dos atores religiosos naquele contexto destacavam o fisiologismo, o conservadorismo e o corporativismo dos evangélicos.

Os motivos para esse despertar tardio, ou para essa visibilidade mais recente, são políticos, econômicos e religiosos. Apesar de recente, a participação mais visível e mais agressiva dos evangélicos no mundo da política tem gerado um amplo debate na sociedade brasileira e tem colocado novos (ou antigos?) questionamentos à laicidade do Estado.

No presente artigo vamos nos debruçar especialmente sobre o segmento evangélico², buscando entender as tensões entre a afirmação política de uma

¹ Ver Della Cava (1989); Oliveira (1985); Azevedo (2004).

² Por evangélico, entende-se o segmento religioso composto por protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais. Apesar de estarmos cientes da polêmica em torno das designações “pentecostal” e “neopentecostal”, faremos uso delas, uma vez que esses são os termos predominantes na literatura sobre o tema (FREESTON, 1993; MARIANO, 1999).

moral sexual religiosa e a proposição de um Estado laico voltado para os interesses de seus cidadãos, a despeito de sua confissão religiosa.

Os evangélicos em cena

O crescimento numérico dos evangélicos, registrado nos últimos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi um dos aspectos que fizeram com que os olhos da academia se dirigissem para esse grupo. As quatro últimas décadas viram saltar os números relativos à adesão a esse segmento, conforme podemos observar no quadro abaixo (Tabela 1):

Tabela 1 - Pessoas que se declararam evangélicas nas últimas quatro décadas: porcentagem em relação à população total do País

1980	1991	2000	2010
6,6%	9%	15,6%	22,2%

Fonte: IBGE

Segundo os censos demográficos do IBGE, conforme a Tabela 1, em 1980 os evangélicos correspondiam a 6,6% da população brasileira e, em 1991, chegaram a 9%. A década de 2000 registrou um importante crescimento do número de sujeitos que se declararam evangélicos, alcançando o número de 26.452.174, o que correspondia a 15,6% da população brasileira. Em 2011, a Fundação Getúlio Vargas divulgou o *Novo mapa das religiões*, coordenado por Marcelo Côrtes Neri (2011), que, baseado na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2009, constatou a continuidade do crescimento dos evangélicos até 2009, alcançando 20,23% da população brasileira. O Censo 2010, cujos dados foram divulgados somente em 2012, apontou novo crescimento dos evangélicos, que atingiram 42.275.440 adeptos. Há que se registrar que esse crescimento tem se dado especialmente entre os grupos pentecostais e neopentecostais. Os grupos protestantes clássicos ou de missão, com exceção dos batistas, não parecem provocar muitas adesões. De qualquer forma, a intensificação da expansão evangélica tem demandado uma análise específica da dinâmica sociocultural desse universo.

As pesquisas têm apontado um crescimento distinto do movimento de acordo com a localização geográfica. Se separarmos o estrato pentecostal dos evangélicos, veremos que a Região Norte destaca-se como aquela que registra a maior adesão a esse segmento, seguida da Região Centro-Oeste. Os protestantes históricos atraem setores mais escolarizados e com melhor renda, estando mais concentrados entre os estratos mais favorecidos (NERI, 2011, p. 24-26). Já os pentecostais, assim como os católicos, estão entre os que têm

menor nível de educação formal, tendo maior receptividade entre as camadas economicamente menos favorecidas. Não é sem razão que os evangélicos, em particular os pentecostais, têm sido objeto de estudos sobre o associativismo religioso. Com maior aderência junto aos setores menos favorecidos, as igrejas pentecostais e neopentecostais³ estão criando (ou recriando) novos espaços de participação pública, atuando como importantes instituições no processo de inclusão socioeconômica de seus membros. Com o aumento da dificuldade de incorporação social via mercado de trabalho e/ou por meio de políticas públicas encabeçadas pelo Estado, os mecanismos informais de solidariedade social, dentre eles a religião, ganham maior destaque como atenuantes da exclusão (LAVALLE, CASTELLO, 2004, p. 73-74). As práticas associativas desenvolvidas entre setores sociais de maior vulnerabilidade são, com alguma frequência, iniciativas das instituições religiosas e de seus membros. Isso deve ser entendido como um elemento-chave no processo de socialização e atuação política dos evangélicos:

as igrejas parecem emergir como agentes de intermediação capazes de propiciar benefícios materiais de caráter público e privado para seus fiéis, particularmente aqueles engajados nas atividades sociais realizadas fora do culto. Nas igrejas há longa tradição de benefícios materiais de caráter privado [...], mas elas também participam da administração de recursos vinculados à gestão local de políticas públicas e, no caso evangélico, dos processos de intermediação de interesses nas instituições tradicionais do sistema político. (LAVALLE, CASTELLO, 2004, p. 93).

O associativismo religioso como propiciador da produção de capital social problematiza a suposta existência de fronteiras rígidas entre o religioso e a política, explicitando a porosidade ou, talvez, a artificialidade de tais fronteiras.

O crescimento do número de evangélicos e seu expressivo envolvimento com práticas associativas significa também maior politização desse movimento ou de alguns setores do movimento, bem como maior aderência às transformações sociais, pelo menos em relação àquelas transformações que não tenham a ver com moral sexual. O conservadorismo atribuído a esses grupos demanda alguma relativização, uma vez que eles são bastante permeáveis às mudanças, tendo abandonado a postura ascética e investido,

³ Outros segmentos religiosos, cristãos e não cristãos, também poderiam ser analisados nessa perspectiva, mas os pentecostais e neopentecostais no Brasil destacam-se nesse quesito.

por exemplo, na formação de lideranças para atuarem nas igrejas e fora delas. Se a apatia política era uma das características ressaltadas pelos estudiosos do pentecostalismo e neopentecostalismo até recentemente, uma abordagem distinta tem emergido nos últimos 20 anos. A intensificação da participação e atuação dos evangélicos no cenário político brasileiro tem sido objeto de amplo debate na academia, especialmente no campo das ciências sociais⁴. A articulação das instituições religiosas para a eleição de representantes evangélicos em âmbito municipal, estadual e federal⁵ não passa despercebida pelos estudiosos do tema. A atuação da conhecida “bancada dos evangélicos”⁶ tem chamado a atenção de sociólogos, cientistas políticos e cientistas da religião dentre outros.

O número de políticos de confissão evangélica declarada tem aumentado significativamente. Eles estão presentes nos mais diversos níveis do poder público. Isso, por si só, problematizaria a ideia de uma suposta apatia dos evangélicos quanto à vida política. Se isso marcou especialmente o pentecostalismo clássico brasileiro em seus primórdios, que carregava uma aversão à participação política, hoje⁷ já não se trata de argumento válido, excetuando-se alguns grupos que declaram rejeição absoluta à participação política. Segundo Simone R. Bohn, o

apoliticismo dos evangélicos seria decorrente, em parte, da necessidade de manutenção da separação entre a esfera do sagrado e do profano, e, em parte, da natureza da inserção do pentecostalismo no Brasil. Introduzido por missionários norte-americanos, o avanço do evangelismo pentecostal estaria associado ao não-engajamento na esfera política. (2004, p. 292).

⁴ A esse respeito, verificar: Freston (1993); Machado (2006); Burity, Machado (2005); Novaes (2001).

⁵ A título de exemplo, nas eleições de 2010, a Assembleia de Deus conseguiu eleger 73% dos candidatos a deputados federais que ela lançou. O pastor José Wellington Bezerra da Costa, líder da Convenção Geral das Assembleias de Deus, indicou 30 candidatos, sendo que 22 foram eleitos. Isso significa que a Assembleia de Deus tem uma capacidade ímpar de articulação política. Os deputados “assembleianos”, de partidos diversos, tendem a seguir as orientações de seus partidos, porém, em temas relacionados à bioética, aos direitos reprodutivos, aos direitos do público homossexual, dentre outros, esses políticos orientam-se pela cartilha religiosa.

⁶ Frente parlamentar composta por políticos evangélicos de várias denominações e vários partidos que alegam defender os interesses das comunidades religiosas que representam.

⁷ Na verdade, a partir do processo de redemocratização do País.

Conforme Paul Freston (1993), desde a década de 1930 já havia parlamentares evangélicos⁸. Estes eram poucos⁹ e eram advindos das Igrejas protestantes históricas. É no período da redemocratização que novos atores evangélicos entram em cena: os pentecostais, em especial os da Assembleia de Deus¹⁰. Os pentecostais que, até então, por motivos doutrinários (e políticos), mantinham-se praticamente alheios à participação na política partidária, começam a manifestar uma expressiva mudança de comportamento em relação a essa participação (em termos institucionais e também individuais), o que redundou no incremento numérico de políticos evangélicos em todo o País. Por ocasião do pleito de 1986 para a Assembleia Nacional Constituinte, foram eleitos 36 parlamentares que se declaravam evangélicos, constituindo o que se convencionou chamar de bancada evangélica.

A máxima “evangélico vota em evangélico” encontrou eco no livro de Josué Sylvestre intitulado *Irmão vota em irmão*, e tem sido evocada sistematicamente por esse segmento religioso a cada novo processo eleitoral. Segundo Sylvestre, “bastaria o argumento do amor para fazer com que os crentes votassem nos crentes. Porque quem ama, não quer ver o seu irmão derrotado [...]. Crente vota em crente, porque, do contrário, não tem condições de afirmar que é mesmo crente” (1986, p. 53-54).

Nos anos que se seguiram ao processo constituinte, o quinhão evangélico na política partidária continuou registrando crescimento, dessa vez somado aos políticos neopentecostais, em especial da Igreja Universal do Reino de Deus.

O apelo à identidade religiosa é um recurso evocado até os dias de hoje nos processos eleitorais e nas disputas pelo poder político. Atualmente, a bancada evangélica possui 68 deputados e três senadores, e tem adquirido crescente visibilidade¹¹, especialmente com relação ao debate sobre a des-

⁸ Em 1932, registra-se o lançamento de um memorial pela Confederação Evangélica, sob a liderança dos presbiterianos, em que se convocam os protestantes a uma efetiva participação na política, buscando representatividade na Assembleia Constituinte. Guaracy Silveira, pastor metodista, foi o único protestante a participar da Constituinte de 32 (FRESTON, 1993, p. 155).

⁹ Freston (1993) contabiliza que até as vésperas da Constituinte de 1987, a participação política de protestantes como deputados federais não excedeu o número de 50.

¹⁰ Maior denominação evangélica do País até os dias de hoje.

¹¹ Essa visibilidade dá-se também pela via da corrupção, considerando-se as frequentes denúncias de desvio de dinheiro, licitações forjadas e recebimento de propina dentre outros, que envolvem, não somente, mas também, os políticos evangélicos. Já há algum tempo a grande mídia não ignora a ascensão política dos evangélicos, bem como os escândalos político-econômicos dos quais estes também não estão isentos. As candidaturas e os mandatos políticos de bispos, pastores, evangelistas, de seus parentes e outros fiéis apadrinhados por seus líderes, são acompanhados com interesse pela mídia.

criminalização do aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo, temas sobre os quais esse grupo possui relativo consenso e tem se manifestado veementemente contra sua aprovação.

Conforme observaremos nas linhas que se seguem, o tema da sexualidade vai definir, se não de modo completo, ao menos fortemente, a pauta política dos parlamentares evangélicos, explicitando a tensão de territorialidades entre Igrejas e Estado, isto é, explicitando a porosidade de suas fronteiras. A discussão da laicidade não foge à necessária abordagem das influências desse segmento religioso junto às mais diversas instituições do Estado. Conforme já afirmamos, há uma nítida intensificação da participação política dos evangélicos, em especial dos pentecostais e neopentecostais, e isso se evidenciou no processo eleitoral de 2010 para a presidência da República. Essa participação não se restringiu à mera eleição de evangélicos para cargos públicos; como veremos, ela se inseriu no campo mais amplo das negociações por poder.

A pauta moral dos políticos evangélicos: o aborto em debate

Os evangélicos têm se inserido, cada vez mais, no campo político, conquistando uma crescente representação nos poderes públicos, participando efetivamente da definição da agenda política em todos os níveis. Sua participação na política partidária brasileira é marcada por forte corporativismo e fisiologismo, além de evidenciar a predominância de posturas mais conservadoras e tradicionalistas por parte de seus representantes políticos (MACHADO, 2006; FRESTON, 1993; PIERUCCI, 1989).

Sem dúvida, não se pode correr o risco de entender os parlamentares evangélicos como um grupo coeso, como parte de um movimento uniforme com atuação política também uniforme. Porém, no que tange aos temas mais diretamente ligados à sexualidade, pode-se verificar uma maior propensão ao conservadorismo moral, sendo essa também a tendência de parte do eleitorado. Segundo Alexandre Brasil Fonseca, “o posicionamento em relação a temas sensíveis pode ser decisivo para parte dos evangélicos. Para este eleitorado, a questão moral tem significativo peso e centralidade na definição do voto” (FONSECA, 2010). Simone Bohn (2004), baseada no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002, aponta que os evangélicos são o segmento mais resistente ao aborto em qualquer situação, atingindo o percentual de 46,7%.

Nos quesitos “direitos sexuais” e “direitos reprodutivos”, peço licença para usar terminologia religiosa, *milagrosamente*, o *ecumenismo* de grupos religiosos teológica e doutrinariamente distintos se efetiva. Conforme Edlaine de Campos Gomes,

a premissa “vida é um dom de Deus” baseia o discurso parlamentar contrário à descriminalização do aborto. Essa convicção une a chamada “bancada evangélica” e o grupo de parlamentares católicos [...]. A pertinência de uma “frente religiosa” que tenha força de voto na tramitação de projetos apresenta a peculiaridade de unir vertentes díspares, como católicos e alguns grupos evangélicos, por exemplo, quando o tema do projeto de lei – seja propor, discutir ou vetar – se relaciona a temas vinculados a questões morais como o aborto. (GOMES, 2008, p. 1).

É no tratamento de temas como o aborto, ou os direitos civis de pessoas do mesmo sexo, dentre outros, que nos deparamos com a resposta genérica das religiões à máxima feminista “nosso corpo nos pertence”. A resposta é: “esse corpo não lhe pertence”. Evidentemente, não estamos falando de um discurso homogêneo, nem no âmbito das instituições religiosas e, muito menos, do Estado.

No caso do aborto, é importante destacar que alguns grupos evangélicos flexibilizaram sua compreensão acerca de algumas situações em que ele seria permitido, e isso aponta para a heterogeneidade do discurso. Edlaine Gomes (2009, p. 100) aponta a Igreja Presbiteriana do Brasil e seu posicionamento que admite a interrupção da gravidez em casos de risco de morte materna. A Igreja Metodista também ganha destaque por admitir o planejamento familiar e a interrupção da gravidez em casos de estupro, risco de morte da mãe e de má formação fetal. Há que lembrar que, em termos de representatividade numérica no parlamento, conforme já mencionamos, as Igrejas chamadas protestantes clássicas não têm muita força. Como se sabe, a maioria evangélica do Brasil advém do pentecostalismo e, mais recentemente, do neopentecostalismo.

No segmento neopentecostal, a Igreja Universal do Reino de Deus afirma-se favorável ao aborto, admitindo-o nos casos acima mencionados, incluindo dificuldades econômicas; esta última, não prevista na lei. Segundo o bispo Edir Macedo (apud CASTRO, 2007), *líder máximo da denominação, o aborto deve ser descriminalizado* porque

1. muitas mulheres têm perdido a vida em clínicas de fundo de quintal. Se o aborto fosse legalizado elas não correriam risco de morte;
2. o que é menos doloroso: aborto ou ter crianças vivendo como camundongos nos lixões de nossas cidades, sem infância, sem saúde, sem escola, sem alimentação e sem qualquer perspectiva de um futuro melhor?
3. E o que dizer das comissionadas pelos traficantes de drogas?

4. A quem interessa uma multidão de crianças sem pais, sem amor e sem ninguém?
5. O que os que são contra o aborto têm feito pelas crianças abandonadas?
6. Por que a resistência ao planejamento familiar?

O posicionamento oficial das igrejas Presbiteriana, Metodista e Universal do Reino de Deus acerca do aborto não implica a observância incontestada dessa posição por parte de parlamentares dessas denominações. O deputado federal Áureo Lídio Moreira Ribeiro, de confissão metodista, é um dos criadores e o vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, contrária à legalização do aborto. Na Igreja Presbiteriana, o conhecido ex-governador do Rio de Janeiro e atual deputado federal, Anthony Garotinho, afirma ser contrário a qualquer tipo de aborto. Contrariando as orientações do bispo Edir Macedo, o senador e atual ministro da Pesca, Marcelo Crivella, afirmou ser contrário ao aborto em entrevista à Rádio Nova AM 990, do Rio de Janeiro. Crivella, porém, pronunciou ser favorável à interrupção da gravidez no caso de fetos anencéfalos¹².

Essa dissonância entre as posições das instituições religiosas e dos parlamentares explica-se, em parte, por uma relativa autonomia das candidaturas dos políticos em relação às instituições religiosas das quais eles declaram participar, em particular, no caso das Igrejas Metodista e Presbiteriana. Ao comporem a bancada evangélica, esses deputados conseguem maior projeção política, seguindo, portanto, o princípio predominante na frente parlamentar, da oposição à descriminalização do aborto. A Universal do Reino de Deus, por sua vez, tem maior ingerência sobre as candidaturas de seus adeptos, definindo estratégias e orientando campanhas, porém o foco está menos direcionado para a discussão de princípios morais e mais voltado para os possíveis benefícios institucionais advindos do lugar político de seus representantes.

O aborto é um tema recorrente na pauta da bancada evangélica, que se articula como uma frente parlamentar suprapartidária quando o debate toca nessa questão. Os parlamentares, além de resistirem às propostas de expansão do direito à interrupção da gravidez, apresentam projetos de lei visando evitar o recurso das mulheres ao aborto legal. Essa, por exemplo, foi a proposta do deputado federal evangélico Henrique Afonso. Em 2007, o parlamentar apresentou o Projeto de Lei 1.763/2007, em tramitação no Congresso Nacional, propondo o pagamento de uma bolsa-auxílio¹³ para

¹² Matéria publicada no jornal oficial da Igreja Universal do Reino de Deus, Folha Universal, em 03 de abril de 2005.

¹³ A bolsa seria no valor de um salário mínimo pago pelo Estado durante 18 anos.

mulheres que tenham engravidado em decorrência de violência sexual, objetivando que elas declinem de seu direito legal de interromper a gravidez e assumam os filhos e filhas gerados da violência à qual foram submetidas. As organizações não governamentais em defesa das mulheres, em reação crítica a esse projeto de lei, o apelidaram de “bolsa estupro”. Henrique Afonso, contrariando o direito legalmente garantido das mulheres ao aborto em caso de estupro e também em caso de risco de morte para a mulher, argumenta: “O aborto, para nós, evangélicos, é um ato contra a vida em todos os casos, não importa se a mulher corre risco ou se foi estuprada”. Para sustentar sua proposta, o deputado apela para um ator coletivo, supostamente homogêneo, em sua percepção sobre o aborto: “os evangélicos”. Questionado por seus críticos acerca da importância de se garantir a laicidade do Estado, Henrique Afonso declara: “Essa questão do Estado laico é muito debatida, tem gente que me diz que eu não devo legislar como cristão, mas é nisso que eu acredito e faço o que Deus manda, não consigo imaginar separar as duas coisas” (CORREIO, 2012).

Na mesma linha, a deputada federal evangélica e cantora gospel Lauriete Rodrigues de Almeida, declaradamente contrária ao aborto em quaisquer circunstâncias, apresentou à Câmara o Projeto de Lei 797/11. O projeto objetiva a criação de um programa de apoio médico, psicológico e financeiro por parte do governo federal para atender mulheres grávidas em consequência de violência sexual e, também, nos casos de má formação fetal.

Os parlamentares evangélicos são os criadores e/ou estão à frente de várias comissões ou grupos de trabalho que tratam de questões relacionadas aos direitos reprodutivos e à família. O deputado federal Roberto de Lucena, até 2010 pastor presidente da Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo, é vice-presidente da Frente Parlamentar Evangélica, vice-presidente da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida e coordenador da Articulação da Frente Parlamentar Contra o Aborto. O deputado, em sessão plenária da Câmara dos Deputados, proferiu o seguinte discurso:

Sr. Presidente, nobres Parlamentares, na tarde de ontem, tive a oportunidade de participar de um funeral. Deputado Amauri Teixeira, Deus é minha testemunha de que foi a primeira vez que isto aconteceu: fui a um funeral feliz, alegre; eu fui a um funeral com o coração celebrante, para comemorar. Ontem tivemos a oportunidade de participar do funeral e do sepultamento do Projeto de Lei nº 1.135, de 1991, e dos seus anexos, que previa a interrupção da gravidez em qualquer estágio gestacional. Na verdade, trata-se de um embate que esta Casa acompanhou por quase duas décadas e que finalmente teve esse desfecho. Tive a oportunidade de caminhar, a partir do Salão Verde, pelos corredores da Câmara

dos Deputados carregando um caixão nas mãos, junto com o Deputado Salvador Zimbaldi¹⁴, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto; o Deputado Henrique Afonso, do meu partido, o Partido Verde; e com outros Parlamentares que defendem a vida em todas as suas dimensões. [...] Chega de sangue derramado! Vamos dar um basta ao sangue derramado neste sagrado solo brasileiro. O aborto é também uma forma de violência e de agressão. Vamos dizer “não” ao derramamento de sangue e vamos todos dar as mãos na construção da cultura da paz e da nossa posição de respeito à vida. Que Deus abençoe o Brasil! (LUCENA, 2011).

O inflamado e performático discurso do pastor deputado caracteriza o aborto como *violência, agressão e derramamento de sangue*. Lucena evoca Deus no início e no final de sua fala, impondo, dessa forma, SUA legitimidade religiosa. Esse apelo à autoridade divina é frequente nos discursos dos deputados evangélicos quando o assunto é aborto, reforçando assim a noção da religião como freio moral da sociedade.

A despeito da secularização e da perda de poder normativo da religião nas sociedades contemporâneas, a sexualidade é um tema que mobiliza os religiosos, que se veem diante da ambiguidade dos discursos das instituições religiosas sobre o sexo, bem como da ambiguidade dos discursos e das práticas dos sujeitos religiosos. Quando o assunto esbarra nos direitos sexuais das mulheres, os parlamentares tocam em uma equação bastante polêmica do ponto de vista religioso. A equação *mulheres e sexualidade* soma dois termos historicamente abjetos para a religião. Abjetos, porém permanentes, no discurso religioso. Ser mulher já é uma *condição natural* de desvantagem política em uma parte significativa das igrejas evangélicas, seja na divisão sexual do trabalho religioso, seja na maior ingerência que a religião arroga ter sobre seus corpos e, conseqüentemente, sobre suas vidas. No discurso do deputado está a premissa de que as mulheres que optam pelo aborto são assassinas. A *defesa da vida em todas as suas dimensões*, conforme afirma o deputado, significa, mais uma vez, não apenas barrar os projetos de expansão dos direitos reprodutivos das mulheres, mas inviabilizar e lutar contra os direitos já garantidos às mulheres pela lei.

No mesmo sentido está o argumento da objeção de consciência. Este dispositivo legal para impedir os profissionais da saúde de realizarem os procedimentos médicos para o aborto nos casos previstos por lei tem sido sistematicamente “ensinado” e/ou lembrado a esses profissionais pelos

¹⁴ Zimbaldi é militante católico e forte opositor à descriminalização do aborto e à união civil de pessoas do mesmo sexo.

parlamentares e juristas religiosos. Já a atuação desses parlamentares no que tange fazer cumprir a lei no sentido de disponibilizar serviços de abortamento legal no Sistema Único de Saúde inexistente. A dificuldade de estabelecimento de políticas públicas voltadas para mulheres esbarra, entre outros fatores, nos sentidos de gênero que se produzem e reproduzem na sociedade; sentidos que guardam em si violências sutis, imperceptíveis em um contexto de dominação institucionalizada e subjetivada. Os parlamentares evangélicos trabalham do ponto de vista da moralização do corpo. Eles o esvaziam de conteúdo político. Isso inviabiliza o debate dos direitos reprodutivos e sexuais como direitos humanos.

A pauta moral dos políticos evangélicos: as reivindicações dos movimentos LGBT em debate

Assim como o aborto, outro tema que mobiliza a bancada evangélica é o da homoafetividade. O ativismo religioso tradicionalista reivindica a regulação jurídica e política do sexo dos outros, em especial de homossexuais. Mais uma vez, a sexualidade é o foco desse sujeito coletivo. Maria das Dores Campos Machado, mencionando os dados do World Values Survey¹⁵, informa que a pesquisa demonstrou que o nível de engajamento dos sujeitos com uma religião tem relação direta com a forma como essas pessoas tratam temas como o da homossexualidade. A participação regular nas atividades religiosas tenderia a formatar sujeitos mais conservadores em relação a temas que envolvem, dentre outras coisas, a sexualidade (MACHADO, 2010, p. 15). De fato, se observarmos a composição da bancada evangélica, eminentemente conservadora, uma parte significativa dos parlamentares carrega o título de “pastor”, sendo que, em alguns casos, o título aparece inclusive na composição de seu nome político¹⁶, o que visibiliza ainda mais esse vínculo religioso. Isso sugere um alto nível de engajamento religioso por parte desses políticos. É preciso dizer, porém, que na atualidade, ser parlamentar evangélico virou um novo estilo de ser, virou um estilo político de ser político e fazer política.

¹⁵ De acordo com as informações postadas em seu site, the World Values Survey (WVS) is a worldwide network of social scientists studying changing values and their impact on social and political life. (WORLD VALUES SURVEY. s.d.).

¹⁶ No caso de três parlamentares, o título compôs o nome com o qual concorreram nas eleições de 2010: Pastor Francisco Eurico; Pastor Heleno; Missionário José Olimpo. Além disso, o atual presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara, Marco Feliciano, faz questão de ter, durante as sessões da Comissão, uma placa de identificação com seu nome acrescido com o título de pastor: Dep. Pastor Marco Feliciano (ver foto em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/comissao-de-direitos-humanos-aprova-autorizacao-para-cura-gay.html>>. Acesso em: jun. 2013).

Isso significa que é preciso relativizar o nível de engajamento religioso de alguns parlamentares que por oportunismo político “viram” evangélicos, ou “voltam a ser” evangélicos depois de anos de afastamento desse segmento religioso. Outros ainda apelam para a identidade religiosa de seus pais e mães. De qualquer forma, o fato é que os parlamentares evangélicos, juntamente com outros parlamentares que representam os interesses da Igreja Católica, estabeleceram como pauta moral também a luta contra as demandas dos movimentos LGBT¹⁷. Os parlamentares ingressaram em um tipo de “cruzada” contra qualquer reivindicação desses movimentos.

Os movimentos LGBT no Brasil têm adquirido maior visibilidade e densidade nos últimos anos alcançando, conseqüentemente, uma força política nunca antes experimentada por eles no País. Essa visibilidade deu-se por meio de múltiplas fontes: o fortalecimento da mobilização política do movimento na luta por seus direitos como direitos humanos; o crescente interesse da academia pela temática, em especial no âmbito dos estudos de gênero; as conquistas do movimento no campo jurídico; a cada vez mais frequente abordagem midiática sobre o tema da homossexualidade, seja em filmes, novelas, programas humorísticos ou noticiários, a despeito da positividade ou negatividade da questão; a publicização da orientação homossexual de personagens de destaque na mídia e; os inúmeros eventos promovidos pelo movimento, incluindo-se a mundialmente conhecida Parada do Orgulho LGBT, mais popularmente conhecida como Parada Gay, dentre outros.

Os parlamentares evangélicos, em nome do que chamam de luta pela moralização da família, têm travado forte embate político-religioso com os movimentos LGBT, buscando impedir que suas reivindicações sejam acolhidas e aprovadas pelo Estado. Isso se verificou, por exemplo, na discussão do tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo, uma antiga reivindicação desses movimentos. No Congresso Nacional tramitavam diversos projetos de lei¹⁸ que nunca conquistaram aprovação. Tais projetos foram sistematicamente barrados por representantes da bancada evangélica e também por aqueles que se alinhavam com os interesses da Igreja Católica. Somente em 2011, diante das diferentes decisões dos tribunais e juízes a respeito do tema, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu estabelecer um entendimento unificado, aprovando, por unanimidade, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, estendendo a elas os mesmos direitos previstos na lei para casamentos heterossexuais. Segundo um dos ministros do STF, Marco Aurélio Mendes

¹⁷ Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros.

¹⁸ Um dos projetos, o primeiro nesse sentido no Brasil, foi o PL 1151, de autoria da deputada federal Marta Suplicy, em 1995.

de Faria Mello, existe uma “falta de vontade política do Congresso quanto à tutela jurídica das uniões homoafetivas”, e isso se revela na não aprovação dos projetos que tramitam naquela casa. Pouco antes da aprovação da lei pelo Supremo, o deputado estadual pelo Acre, Astério Moreira, conhecido por se definir como um batalhador em favor da família cristã evangélica, fez a seguinte afirmação ao jornal *A Gazeta do Acre*: “Não sou a favor da união civil entre homossexuais porque já existe o contrato nesses casos. Sou contra por uma questão religiosa e espiritual. A Bíblia condena a relação entre pessoas do mesmo sexo. É um princípio bíblico” (DEPUTADOS EVANGÉLICOS, 2011).

Novamente o recurso à palavra autorizada, como recorrentemente se faz quando se trata também do aborto. Os políticos evangélicos têm tomado para si o papel de reguladores da sexualidade em nome de Deus. O argumento religioso apresenta-se como legítimo por si mesmo. Uma verdade supostamente universal que não admite quaisquer questionamentos.

Isso se evidenciou, por exemplo, nas argumentações de deputados evangélicos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) em defesa do Projeto de Lei 717/2003, apresentado pelo deputado evangélico Édino Fonseca. O projeto previa a criação de um programa de auxílio para pessoas que desejassem optar *pela mudança da homossexualidade para a heterossexualidade*. Para o deputado estadual evangélico Samuel Malafaia, relator da Comissão de Saúde, que aprovou o projeto juntamente com a Comissão de Constituição e Justiça¹⁹,

Homem e mulher foram criados e nasceram com sexos opostos para se complementarem e se procriarem [sic]. O homossexualismo, apesar de aceito pela sociedade, é uma distorção da natureza do ser humano normal. Assim, a oportunidade de se apostar novamente na condição normal de procriação é louvável. (NATIVIDADE, 2006, p. 116).

O apelo à natureza e o discurso normalizador predominam na hermenêutica político-religiosa sobre os usos dos corpos.

¹⁹ O PL 717, de caráter estadual, foi rejeitado, mas outros projetos com teor semelhante estão em tramitação no Congresso Nacional. O Deputado Federal João Campos, presidente da Frente Parlamentar Evangélica, propôs um projeto de decreto legislativo que autorizaria os psicólogos a tratarem a homossexualidade como um transtorno. Isso contraria a própria determinação da Organização Mundial da Saúde, bem como o código de ética do Conselho Federal de Psicologia.

Nos corpos se inscrevem os sentidos socioculturais, sentidos que se traduzem entre permitido e proibido. Neles estão impressas as objetivações culturais e sobre eles se depositam as expectativas sociais. A existência corpórea não está dissociada da experiência cultural, que é a que determina os usos legítimos dos corpos. (SOUZA, 2012, p. 338).

O tema ganha projeção nacional com o debate atual sobre o Projeto 234/2011, conhecido como “cura gay”, de autoria do deputado e pastor João Campos, que é também o presidente da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso. O projeto de Campos suspende dois trechos da resolução instituída em 1999 pelo Conselho Federal de Psicologia:

1. os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades; 2. os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

O projeto 234 foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos, mas em virtude das manifestações de junho de 2013, temendo a não aprovação do projeto na Câmara, Campos, em uma manobra política, o retirou da pauta. A manobra permite que o deputado reapresente o projeto em 2014. Esse projeto ganhou pleno apoio do deputado Marco Feliciano, que é um público opositor à causa LGBT. Em uma de suas muitas pregações disponíveis na internet, Feliciano, ao se referir ao que ele denomina de *ativismo gay*, afirma: “Existe uma ação de Satanás contra a santidade da família brasileira [...]. Eu sou profeta. Eu estou deputado, mas eu sou pastor”²⁰. Segundo Feliciano e a cosmovisão evangélica acerca da sexualidade por ele pregada, os usos legítimos dos corpos inscrevem-se exclusivamente nos relacionamentos heterossexuais, sendo que qualquer outra possibilidade de sexualidade é *ação de Satanás*. Ele arroga-se o lugar de *profeta*, conferindo autoridade divina à sua fala.

Também o debate sobre o projeto de lei contra a homofobia (PL 122/06)²¹ mobiliza os religiosos. Estes argumentam, entre outras coisas, que seu direito à liberdade de expressão, e até mesmo seu direito à liberdade religiosa, estariam em risco, pois a proposta impede manifestações públicas

²⁰ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=b10OSii-JZc>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

²¹ Projeto de lei que criminaliza a homofobia. O projeto, de autoria da ex-deputada federal Iara Bernardi, apesar de datar de 2006, já tramita na Câmara há mais de dez anos.

contra a homossexualidade. Nos segmentos evangélicos, com raras exceções²², prevalece o discurso da heteronormatividade e a prática da homossexualidade é considerada *abominação*, sendo fortemente combatida nos púlpitos dessas igrejas e em suas inúmeras publicações sobre o tema²³. O pastor Guilhermino Cunha, em audiência pública em Brasília afirmou reconhecer “a importância do assunto, mas nos posicionamos [os cristãos] à luz das Sagradas Escrituras que cristalizam os princípios e valores vividos e defendidos por 98% da grande Nação brasileira”²⁴.

O argumento do pastor afirma um sujeito coletivo, os cristãos, como um segmento homogêneo no que tange às questões relativas à homossexualidade, não reconhecendo a multiplicidade de vozes presentes entre os sujeitos que se denominam cristãos, sejam eles fiéis comuns ou clérigos das mais distintas instituições religiosas. Essa polifonia tende a ser ocultada pela Frente Parlamentar Evangélica, que se apresenta como porta-voz de um segmento coeso e tradicionalista quando o tema é sexualidade, em especial, homossexualidade.

O processo eleitoral de 2010: o sexo como moeda de troca

Dentre os nove candidatos à presidência do Brasil em 2010, dos três que conseguiram se destacar já nas campanhas do primeiro turno²⁵ com alta capacidade de competitividade, duas eram mulheres. Apesar de a participação feminina nos pleitos à presidência da República não ser novidade no Brasil²⁶, as mulheres tinham votação inexpressiva e pouca atenção da mídia.

²² Há que se destacar a postura de alguns setores oficiais da Igreja Anglicana no Brasil, que tem se manifestado contra a homofobia reinante entre os cristãos. Também é preciso mencionar que mais recentemente, algumas igrejas evangélicas inclusivas têm se estabelecido no Brasil e conquistado um número significativo de adeptos, dentre elas a Igreja da Comunidade Metropolitana, a Igreja Cristã Contemporânea, a Comunidade Cristã Nova Esperança e a Comunidade Cidade de Refúgio.

²³ Dentre os vários textos traduzidos para o português pelas editoras evangélicas ou editados por elas no Brasil, destacam-se: Deixando o homossexualismo: uma nova liberdade para homens e mulheres (DAVIES, RENTZEL, 1997). O livro foi reeditado posteriormente com o título “Restaurando a identidade”, e encontra-se esgotado; Há esperança para os homossexuais! (ANDRADE, 1987); A operação do erro: confrontando o movimento gay cristão (DALLAS, 1998).

²⁴ Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/homossexuais-projeto-de-lei-provoca-polemica.html>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

²⁵ As eleições de 2010 ocorreram em dois turnos.

²⁶ A participação das mulheres na política como candidatas à presidência do Brasil iniciou-se em 1989 por ocasião das primeiras eleições diretas após a ditadura militar. Naquele ano, Livia Maria Ledo Pio de Abreu, do PN, concorreu à presidência da República. Em 1998, novamente uma mulher disputa as eleições presidenciais: Thereza Tigreiros Ruiz, do PTN. No pleito de 2006 duas mulheres concorreram: Ana Maria Rangel, do PRP, e Heloisa Helena, do PSOL, até então a mulher mais votada nas disputas eleitorais à presidência do Brasil, tendo alcançado 6,5 milhões de votos.

Isso começou a mudar nas eleições de 2006, com a candidatura de Heloísa Helena (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL), que alcançou 7% das intenções de voto. O número de votos era expressivo, mas ainda pouco para o acesso ao Poder Executivo. Em 2010, porém, as intenções de voto foram direcionadas para as mulheres. No primeiro turno, Marina Silva alcançou 19% do eleitorado e Dilma Rousseff, 46%. José Serra chegou aos 32%. A disputa seguiu para o segundo turno entre Dilma e Serra, e Dilma foi eleita com 56,05% dos votos válidos.

O processo eleitoral de 2010 foi marcado por essa importante e inédita conquista das mulheres brasileiras. A importância política das lutas das mulheres, em especial do movimento feminista para essa conquista estava colocada. Porém, outra questão “roubou a cena”: a relação de forças que se estabeleceu entre religiosos e candidatos acerca de temas como o aborto e a homofobia.

A pauta moral se impôs no processo eleitoral de 2010, mobilizando católicos e evangélicos na saga antiaborto e antirriminalização da homofobia. Os candidatos mais expressivos do primeiro turno eleitoral – Marina Silva, Dilma Rousseff e José Serra – tornaram-se reféns das pressões de religiosos católicos e evangélicos, que reduziram o embate político à discussão sobre ser ou não favorável ao aborto e à criminalização da homofobia (PL 122). A mais pressionada nesses quesitos foi Dilma Rousseff, candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) e apoiada pelo então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Lula tinha forte apoio popular, o que significava importante suporte para Dilma, que soube trabalhar muito bem com esse capital político. Marina Silva (Partido Verde – PV) que, apesar de pentecostal, durante a campanha defendeu a laicidade do Estado, foi criticada pelos setores conservadores e progressistas ao mesmo tempo. Pelos primeiros, por defender a laicidade do Estado, e pelos últimos, por não ser aliada confiável na luta pela descriminalização do aborto e pela união civil entre pessoas do mesmo sexo, em virtude de sua identidade religiosa. Porém, apesar da aparente (apenas aparente) incompatibilidade da candidata com a agenda moralizante dos evangélicos contra o aborto e a lei anti-homofobia, que justificaria o afastamento dos evangélicos mais conservadores, é importante notar que para o pragmatismo dessas lideranças religiosas, Marina Silva, mesmo sendo pentecostal, não significava possibilidade concreta de ganhos políticos, pois estava bem abaixo dos outros dois candidatos nas pesquisas de intenção de voto. José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), por sua vez, conseguiu expressivo apoio das alas mais conservadoras da Igreja Católica e também dos evangélicos, manifestando-se publicamente contra o aborto.

O uso político da mídia pelos religiosos deu-se com especial enfoque para a questão da sexualidade. A bandeira dos princípios morais e religiosos

relacionados aos direitos reprodutivos, em especial à luta contra a descriminalização do aborto, contra a criminalização da homofobia e contra a união civil de casais homossexuais, foi evocada e defendida vigorosamente por católicos, espíritas e evangélicos. Estes últimos tiveram uma atuação de destaque no pleito de 2010 em função dessa bandeira. Os parlamentares evangélicos encontraram forte apoio na mídia evangélica, que investiu no discurso moral acerca da família.

As novas formas de comunicação na contemporaneidade têm sido utilizadas em todas as esferas, inclusive na religiosa. Entre concessões de rádio e televisão, os evangélicos detêm uma fatia nada modesta da comunicação no Brasil, o que possibilita uma maior visibilidade de suas lideranças, bem como de suas ideias político-religiosas. Também os periódicos denominacionais são importantes veículos para essa visibilidade. Além disso, os meios eletrônicos são hoje um eficaz instrumento de difusão de opiniões e orientações políticas, e os evangélicos têm se utilizado desses meios com bastante desenvoltura. A internet, por meio das redes sociais, tem sido um instrumento cada vez mais utilizado para a mobilização dos fiéis em torno de temas tratados na arena política e que, de uma forma ou outra, impactam as instituições e os sujeitos religiosos. As lideranças evangélicas souberam tirar proveito disso:

Eu só quero dizer uma coisa, a vida pertence a Deus, eu só quero dizer uma outra coisa, o aborto é matar um ser humano. Eu só quero dizer mais uma coisa muito importante, aborto é questão de saúde pública? Não. Questão de saúde pública são as mulheres que abortam. [...] Mas tá bom, você quer defender o aborto, então você procura os que defendem o aborto. Você é contra, então olha bem quem é contra para você votar. Se é isto que você quer para a sociedade, você vota nisto. Você é contra isto? Você é contra a PL 122²⁷? Você é contra leis que está lá no PNDH²⁸ 03 para colocar os grupos homossexuais como cidadãos de 1a. classe, você é contra? Então olha bem nos cidadãos que você vai votar – Pastor Silas Malafaia²⁹.

A fala do pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo transcrita acima foi transmitida para todo o País, e deu-se no contexto das disputas

²⁷ Projeto de lei contra a homofobia.

²⁸ Plano Nacional de Direitos Humanos.

²⁹ A fala do pastor em um programa televisivo exibido no período eleitoral de 2010 foi transcrita e publicada no site “Unidos na Fé”. O vídeo foi removido. Disponível em: <<http://www.unidosnafe.com.br/joomla1.5/latest/dilma-rousseff-ataca-os-cristos-e-evangelicos-video-evangelico>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

eleitorais. O vídeo do programa também foi veiculado na internet em vários *sites* religiosos. Malafaia, apresentador do programa televisivo *Vitória em Cristo*³⁰ e aliado político de José Serra, exibiu trechos desconexos de falas da também candidata Dilma Rousseff em entrevistas distintas (2007 e 2010) em que ela afirmava não ter uma religião definida e se pronunciava favoravelmente à descriminalização do aborto. O pastor também associa a candidata ao PL 122, que criminaliza a homofobia. Outro vídeo que também foi muito divulgado nas redes sociais foi o do pastor Paschoal Piragine, da Igreja Batista de Curitiba-PR³¹. Com mais de três milhões de acessos, o vídeo mostra imagens de fetos abortados enquanto o pastor discursa contra a candidata Dilma Rousseff como favorável à descriminalização do aborto. Essas e muitas outras iniciativas de lideranças evangélicas fortaleceram a oposição à candidata, que precisou recuar em seus posicionamentos e prestar esclarecimentos para as lideranças religiosas.

Por outro lado, a candidata recebeu apoio de lideranças de peso, como do Bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, a maior Igreja neopentecostal do País. Macedo, que no passado era opositor ferrenho do Partido dos Trabalhadores e de Lula, aproximou-se do PT no segundo turno das eleições de 2002. Nas eleições de 2010, durante a batalha midiática religiosa contra Dilma, Macedo redigiu uma carta de apoio à candidata, caracterizando as “acusações” contra ela como “jogo do diabo”. Essa foi uma resposta à informação (não confirmada) de que a candidata teria afirmado que *nem mesmo Cristo, querendo, lhe tiraria a vitória*. Na carta, endereçada especialmente ao público evangélico, o bispo declara que se

os cristãos fossem tão ágeis e eficientes para usar as ferramentas modernas da comunicação na pregação do Evangelho, assim como parecem ser para disseminar boatos, certamente muitas almas seriam ganhas para o Senhor Jesus. [...] Quem pensa que está prestando algum serviço ao Reino de Deus espalhando uma informação sem ter certeza de sua veracidade na verdade está fazendo o jogo do diabo. O Senhor Jesus não precisa de advogados, nem de assessores de comunicação que saiam em “defesa” de Seu Nome. Ele precisa de verdadeiros cristãos, que entendam, vivam e preguem a Verdade (TOSTA, 2010).

Também o pastor e então deputado federal Manoel Ferreira, um dos líderes mais importantes da Assembleia de Deus, maior Igreja evangélica do

³⁰ Transmitido também nos EUA pela CTNI.

³¹ Disponível em: <<http://videos.gospelprime.com.br/posicionamento-do-pr-paschoal-piragine-jr-sobre-as-eleicoes-2010/>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

Brasil, pronunciou-se a favor de Dilma Rousseff. Ferreira foi o coordenador do movimento evangélico da campanha de Dilma e viabilizou importantes acessos da candidata às lideranças evangélicas, porém não sem antes negociar para que a candidata não levantasse a bandeira da descriminalização do aborto.

Além disso, Dilma teve que lidar com a instrumentalização da religião por parte de seu adversário político, José Serra. O também candidato à presidência da República conquistou forte apoio de setores conservadores da Igreja Católica e das Igrejas evangélicas ao, estrategicamente, se manifestar publicamente contra o aborto e a favor da liberdade religiosa, o que significa dizer, ser contrário à lei contra a homofobia. Só mais tarde, com a denúncia de que sua esposa, Mônica Serra, teria feito um aborto no passado, José Serra deixou de usar o argumento “Dilma pró-aborto” nos embates diretos com a candidata, mas manteve o tom da campanha como “defensor da vida”.

Fortalecidas pela dimensão que a campanha antiaborto e anti-PL122 tomou, contribuindo para levar a disputa eleitoral para o segundo turno, as lideranças evangélicas reuniram-se com a coordenação da campanha de Dilma e listaram uma série de exigências em troca de apoio político à candidata. Conforme Ari Pedro Oro e Ricardo Mariano (2010, p. 30), parlamentares e lideranças evangélicas

aproveitaram a fragilidade da campanha petista nos planos moral e religioso para cobrar pessoalmente de Dilma o compromisso de assegurar a liberdade religiosa, de vetar qualquer projeto aprovado pelo Congresso Nacional “contra a vida e os valores da família”, de rejeitar o casamento homossexual, o projeto de lei que criminaliza a homofobia, a adoção de crianças por casais homossexuais, a regulamentação da função de profissionais do sexo. Este foi o momento em que lideranças e políticos evangélicos dispuseram do maior poder de influência e pressão sobre a petista e os dirigentes da campanha durante toda a disputa presidencial. E não titubearam.

Os evangélicos sentiram-se suficientemente seguros para ditar a agenda política da candidata. Entre uma pressão e outra, as estratégias de campanha tiveram que ser revistas e foram feitas novas concessões aos evangélicos para garantir o apoio do eleitorado mais conservador.

É importante notar que todas as autoridades religiosas evangélicas que se pronunciaram favorável ou contrariamente a Dilma eram homens. O debate dos direitos reprodutivos das mulheres estava na boca dos homens. As parlamentares evangélicas entraram mudas e saíram caladas da discussão, daí a dificuldade de encontrarmos material discursivo dessas mulheres que

estivesse disponível na mídia e pudesse ser analisado. Cabe-nos fazer uma *hermenêutica feminista da suspeita*³² dessa ausência.

Apesar de compor a maioria do eleitorado brasileiro, o número de mulheres no Poder Legislativo em geral é ainda bastante reduzido. No processo eleitoral de 2006 foram eleitas 45 deputadas federais e 133 estaduais. Isso corresponde a 8,2% e 12,8%, respectivamente, do total de deputados eleitos. Dentre as que se declaravam evangélicas, foram eleitas, para o mandato 2006-2010, apenas seis deputadas e uma senadora³³. Se essa participação for comparada à dos homens evangélicos eleitos para o mesmo mandato, entre senadores, deputados e governadores, teremos 49 evangélicos no Legislativo e no Executivo³⁴.

Os grupos religiosos aos quais as parlamentares evangélicas estavam vinculadas são grupos em que a assimetria de poder entre os sexos é flagrante. Majoritariamente formadas por mulheres, as igrejas evangélicas são bastante ambíguas em relação às suas fieis. Maria das Dores Campos Machado aponta a necessidade de considerar a ambiguidade do segmento evangélico no que tange à sua capacidade de propiciar o fortalecimento da autoestima das mulheres, capacitá-las para a vida pública e, ao mesmo tempo, mantê-las afastadas dos lugares de decisão (2006, p. 49). De certa forma, isso se repete na arena política, onde as mulheres, de forma geral, e as evangélicas, em especial, têm menor ingerência nos assuntos de ponta.

A pauta moral que dominou a agenda política dos evangélicos no processo eleitoral de 2010 foi absolutamente dirigida pelos homens. Eles conversaram, eles se pronunciaram na mídia, eles convocaram reuniões e sentaram-se com Dilma e com Serra para negociar o “voto evangélico”, que é, diga-se de passagem, majoritariamente feminino. Nos assuntos “direitos reprodutivos das mulheres”³⁵ e “direitos humanos da população LGBT”, os principais interlocutores dos candidatos à presidência da República foram os homens evangélicos. Até mesmo a histórica interlocução do Partido dos

³² Metodologia de interpretação bíblica desenvolvida e empregada pela teóloga feminista Elizabeth Schussler Fiorenza, que consiste no questionamento da ausência das mulheres no texto para efetivamente descobri-las nele. A hermenêutica feminista da suspeita pergunta pelas ideologias e representações de gênero que perpassam o texto bíblico.

³³ No caso, Marina Silva, que também assumiu o Ministério do Meio Ambiente no governo Lula.

³⁴ Em 2009, a legislação eleitoral sofreu significativa modificação com a Lei 12.034/09 que obrigou os partidos e coligações a preencherem o percentual de 30% das vagas para os cargos proporcionais (deputados estaduais e federais) com candidaturas femininas. Essa política de cotas previa também o mínimo de 10% do tempo de propaganda partidária para mulheres, bem como 5% dos recursos do fundo partidário para a capacitação das mulheres.

³⁵ Entenda-se direitos reprodutivos como direitos humanos.

Trabalhadores com o movimento feminista foi questionada pelo secretário de comunicação do PT, André Vargas, que considerou equivocado o diálogo com as feministas na discussão do III Plano Nacional de Direitos Humanos no quesito sobre a descriminalização do aborto (ORO; MARIANO, 2010, p. 29).

O questionamento da menor presença, ou ainda, da ausência de mulheres da bancada evangélica no processo de negociação política de seus pares com os candidatos à presidência não significa que os rumos da negociação teriam sido diferentes. Como bem pontua Machado, “o comportamento eleitoral e parlamentar daquelas que se lançam na vida política não se encontra necessariamente alinhado com os movimentos de mulheres, ou mesmo sugere sensibilidade às demandas da população feminina” (2006, p. 51). Isso, todavia, explicita o nível de desigualdade de gênero que ainda impera na política brasileira.

Na gestão atual (2010-2014), dos 68 parlamentares que se afirmam evangélicos, somente oito são mulheres. O partido com maior representação de evangélicos é o Partido Socialista Cristão (PSC), que possui 11 deputados, sendo que duas são mulheres. Curiosamente, nenhuma das atuais oito mulheres³⁶ que compõem a bancada evangélica tem qualquer comissão ou GT relacionado à discussão da descriminalização do aborto, da criminalização da homofobia ou da legalização da união de casais homossexuais sob sua coordenação. De acordo com a experiência das eleições de 2010, esse tem sido um importante nicho de articulação política dos parlamentares evangélicos, mas, como na religião, as mulheres ocupam lugares menos privilegiados do que seus pares.

Por fim, das disputas de 2010, talvez o segmento mais vitorioso tenha sido o dos evangélicos, que tiveram seu poder político ampliado por meio do uso político da religião, particularmente da moral sexual religiosa. Dilma foi eleita e os evangélicos estão “cobrando a conta”. As questões do aborto, da homofobia e da união civil de pessoas do mesmo sexo têm sido utilizadas como moeda de troca nas relações de força travadas na arena política brasileira e, ao que tudo indica, continuará sendo nas próximas corridas eleitorais.

Referências

ANDRADE, C. C. de. **Há esperança para os homossexuais**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1987.

AZEVEDO, D. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 109-120, set.-dez., 2004.

³⁶ Eram nove, porém a deputada pelo PSC do Acre, Antonia Lucia, teve seu mandato cassado.

BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, out. 2004.

BURITY, J.; MACHADO, M. das D. C. (Orgs.). **Evangélicos, política e eleições**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005.

CASTRO, D. Corrupção é perdoável com arrependimento, diz bispo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 out. 2007. Caderno A, p. 12. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2007/10/13/2/>>. Acesso em: 5 mai. 2013.

CORREIO. **Projeto de lei poderá criar o “bolsa-estupro” para evitar que mulheres abortem**. 6 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/projeto-de-lei-podera-criar-o-bolsa-estupro-para-evitar-que-mulheres-abortem/>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

DALLAS, J. **A operação do erro: confrontando o movimento gay cristão**. São Paulo: Cultura Cristã, 1998.

DAVIES, B.; RENTZEL, L. **Deixando o homossexualismo: uma nova liberdade para homens e mulheres**. São Paulo: Mundo Cristão, 1997.

DELLA CAVA, R. The people's church, the Vatican, and abertura. In: STEPAN, A. **Democratizing Brazil: problems of transition and consolidation**. New York: Oxford University, 1989. p. 143-167.

DEPUTADOS EVANGÉLICOS radicalizam contra união de homossexuais na Aleac. *A Gazeta do Acre*, 06 de maio de 2011. Disponível em: <<http://gazeta-do-acre.jusbrasil.com.br/politica/6936430/deputados-evangelicos-radicalizam-contr-a-uni-ao-de-homossexuais-na-aleac>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

FOLHA UNIVERSAL. Igreja Universal do Reino de Deus. Rio de Janeiro, 03/abr. 2005.

FONSECA, A. B. **Alexandre Brasil Fonseca**: entrevista à BBC Brasil [2010]. Entrevistadora: Julia Dias Carneiro. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/10/101027_evangelicos_eleicao_jc.shtml>. Acesso em: 5 abr. 2012.

FRESTON, P. Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment. 1993. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, São Paulo.

GOMES, E. de C. Resistências e possibilidades de diálogo: sobre aborto e reações político-religiosas. *Fazendo Gênero* 8 – Corpo, Violência e Poder. ST 37. Florianópolis, ago/2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST37/Edlaine_de_Campos_Gomes_37.pdf Acesso em: 6 abr. 2012.

_____. “Fé racional” e “abundância”: família e aborto a partir da ótica da Igreja Universal do Reino de Deus. *Sexualidad, salud y sociedad. Revista Latinoamericana*, n. 2, p. 97-120, 2009.

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G. As benesses desse mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 68, p. 73-93, mar. 2004.

LUCENA, R. de. **Deputado fala sobre “funeral” de Projeto de Lei que previa o aborto**. 2 set. 2011. Disponível em: <<http://www.robertodelucena.com.br/v2/2011/09/02/deputado-fala-sobre-funeral-do-projeto-de-lei-que-previa-o-aborto/>>. Acesso em: 28 mar. 2012

MACHADO, M. das D. C. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACHADO, M. das D. C.; PICCOLO, F. D. (Orgs.). **Religiões e homossexualidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MARIANO, R. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

NATIVIDADE, M. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 115-132, 2006.

NERI, M. C. (Coord.). **Novo mapa das religiões**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2011.

NOVAES, R. Pentecostalismo, política e mídia. In: VALLA, V. **Religião e cultura popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 41-74.

OLIVEIRA, P. A. R. de. **Religião e dominação de classe**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ORO, A. P.; MARIANO, R. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 11, n. 18, p. 11-38, 2010.

PIERUCCI, A. F. **Os representantes de Deus em Brasília**: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, n.11, pp. 104-132, 1989.

SCHUSSLER FIORENZA, E. **As origens cristãs a partir da mulher**: uma nova hermenêutica. São Paulo: Paulinas, 1992.

SOUZA, S. D. de. AIDS e Religião: apontamentos sobre representações católicas da sexualidade em tempos de AIDS. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 52 n. 2, p. 333-344, 2012.

SYLVESTRE, J. **Irmão vota em irmão**: os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia. Brasília: Pergaminho, 2006.

TOSTA, Wilson. Edir Macedo defende petista e vê 'jogo do diabo'. In: *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 30/set/2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,edir-macedo-defende-petista-e-ve-jogo-do-diabo,617564,0.htm?reload=y>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

WORLD VALUES SURVEY. **Learn more about the WVS**. s.d. Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs/articles/folder_published/article_base_110>. Acesso em: 24 abr. 2012.

Submetido em: 28-5-2013

Aceito em: 28-6-2013